

GONZÁLEZ SÁNCHEZ, Carlos Alberto – *El espíritu de la imagen. Arte y religión en el mundo hispánico de la Contrarreforma*. Madrid: Cátedra, 2017, 362 pp.

À semelhança do enfoque epistemológico logrado pela “história da cultura escrita”, esta obra de Carlos Alberto González Sánchez – professor catedrático de Historia Moderna da Universidade de Sevilha – enquadra-se numa nova corrente de investigação interdisciplinar que se vai assumindo como “história da cultura visual” e que cruza saberes e metodologias tradicionalmente disciplinares como a história, a história da arte, a antropologia, a literatura, a filosofia e outras ciências sociais, cada vez mais postas em diálogo, em busca de um saber mais interligado e, conseqüentemente, mais rico.

Subjacente a esta opção teórica e metodológica do autor está a sua visão da Idade Moderna – na diferenciação em relação à Idade Média – como “época de los indicios y la culminación de una síntesis cualitativa de herencias y novedades”, com que sublinha “cómo en multitud de ocasiones la innovación solo es una manera diferente de asumir la herencia” (p. 12-13).

Por isso, para a compreensão da Época Moderna, o autor valoriza e trabalha os múltiplos diálogos entre fontes escritas e fontes visuais, incluindo “la normativa de autoridades civiles y religiosas, los escritores ascético-espirituales, moralistas, tratadistas e intelectuales defensores de la tradición”, no pressuposto de que “el arte siempre se integra en un acervo cultural” em que a religião, o culto e a devoção ocupam lugares importantes (p. 15). Em simultâneo, esclarece o seu uso do conceito de “Contrarreforma” não numa perspectiva ideológica em contraponto ao conceito de Reforma Católica, mas sobretudo “en su dimensión cronológica, contextual, cultural y religiosa” (p. 20), para facilitar a compreensão dos limites cronológicos e historiográficos e o lugar das imagens com fins propagandísticos e influentes nas mentes dos fiéis, no seu modo de ver o mundo e de viver as experiências estéticas e mentais (p. 20)

Como bem se sabe e como o autor realça claramente, mais do que os textos escritos, as imagens exigem chaves de descodificação que implicam técnicas específicas, mas que não podem prescindir de documentação complementar que faculte informações sobre a utilidade, os usos e os objetivos da iconografia, como são a literatura, textos de diversos tipos e qualidade (incluindo os textos religiosos), os relatos de viajantes, as memórias de missões, as informações oficiais, tratados espirituais e artísticos ou mesmo inventários, como o comprovam diversos estudos individuais e colectivos publicados, sobretudo, na última década e meia, vários dos quais são identificados pelo autor. Ou seja, genericamente, a “literatura espiritual da Contrarreforma”, cobrindo as décadas que decorrem entre meados do século XVI e os anos oitenta do século XVII. Em simultâneo, importa atender à influência que diversas correntes ascéticas e místicas protagonizadas sobretudo por religiosos e clérigos (mas não só) exerceram sobre as letras e as artes, correntes que, como lembra este autor, também “invadiram” géneros mais concretos como a hagiografia, a oratória, a teologia, o

teatro, a música, a pintura, a escultura e a arquitectura (p. 23) e atingiram públicos diversos, inclusive analfabetos, porque, como é sabido, os livros tiveram muitos mais ouvintes que leitores.

A obra está dividida em sete diversificados capítulos que cobrem:

1) as grandes áreas da cultura escrita – e muito especialmente da literatura de espiritualidade dos séculos XVI e XVII, que o autor incluiu na vasta designação de “Espejos de piedad” (pp. 23-76), tirando partido de diversos e consagrados estudos das últimas décadas neste domínio;

2) a diversidade da *Imago eloquens*, definidora da cultura visual adaptada a distintos públicos e propósitos (pp. 77-118);

3) as práticas da oração na relação com a “ascética y mística de la imagen” enquanto, ela própria, discurso mobilizador dos afectos e das devoções individuais e colectivas (pp. 119-162);

4) a revalorização do sentido da vista para o conhecimento e para a experiência espiritual, assim como para a memória das palavras e das imagens simbólicas e dos seus significados. Como acentua o autor, “la imagen garantizaba a sus devotos la remembranza de los relatos que, com toda probabilidade, habían escuchado en sermones, homilías, prédicas misionales y otros eventos catequéticos” (p. 173);

5) a persistência, apesar do novo enquadramento doutrinário e teológico, dos *mirabilia* (p. 177-219), sobretudo em meios mais populares e áreas rurais, esperanças no poder taumátúrgico da imagem de culto e dos lugares sagrados a que recorriam em romarias e peregrinações. Em simultâneo caminhou a promoção de algumas devoções, de que é apenas um exemplo a da Cruz, assim como a revalorização de relíquias, do *agnus dei*, da água benta, de imagens e estampas várias, etc., numa coexistência que atravessava, por vezes indiferenciadamente, vários estratos sociais. O autor não ignora, antes exemplifica e analisa com recurso a variadas fontes, sobretudo de literatura espiritual, a frequência, as distintas apreciações e as polémicas em torno de visões, aparições e revelações, sem esquecer a especificidade das “maravilhas” de terras longínquas ou mesmo fictícias;

6) as vivências imaginárias que a arte (em particular, a iconografia) também expressou e que as obras teológicas, doutrinárias e a própria sermonária não deixaram de discutir e de tentar controlar ou orientar (pp. 221-254);

7) o papel da escrita e da imagem – ou seja, da “cultura gráfica” – no esforço do que o autor classifica de “aculturación o occidentalización de los nuevos mundos descubiertos en los albores de la Modernidad” conducentes a um “proceso de readaptación mental, de asimilación y deformación de la cultura europea que, en última instancia, favoreció apropiaciones y enajenaciones simbólicas entre vencedores y vencidos” (p. 255). Tais apropriações ou rejeições – naturalmente distintas a Ocidente e a Oriente – foram dependentes, obviamente, de muitos factores que condicionaram os distintos poderes e as próprias ordens religiosas, mas também das distintas estratégias catequéticas e de recursos –

inclusive retóricos, literários e hagiográficos – usados nesse processo, como o autor mostra analiticamente neste capítulo (pp. 255-308).

Apesar do vasto trabalho analítico de diversos tipos de fontes (da cultura escrita e da cultura visual) que colocaram, ora em paralelo, ora em confronto, ideias, perspectivas e modos de construção e divulgação do “espírito da imagem” ao longo dos séculos XVI e XVII, as conclusões do autor (pp. 309-326) surpreendem, contudo, pelo carácter simplificador de algumas afirmações, nomeadamente das que acentuam o “desprecio intelectual y la representación plástica del libro y el arte como símbolos de un saber caduco y profano, emblema de una perniciosa avaricia de sabiduría, manjar de la presunción” (p. 320). Com elas, omitindo referências a enquadramentos e a contextos culturais complexos que começou por reconhecer, o autor (quase) anula a multiplicidade de perspectivas que as fontes utilizadas e a própria análise também revelam, perspectivas que testemunham tempos de coexistência de usos e de visões quer da multifacetada cultura escrita, quer da arte, em especial da iconografia e até dos objectos de culto. A radicalidade de algumas afirmações ancoradas nos conceitos de “Contrarreforma” e de “Barroco” tomados numa só perspectiva conduz, ideologicamente, a uma visão redutora de um tempo muito complexo, esse tempo que também viu crescer a curiosidade, viu diversificarem-se as vivências espirituais e mundanas, viu florescer a imaginação criativa na literatura, viu desenvolver todas as potencialidades plásticas da linguagem. Um tempo que, como o mesmo autor reconhece, testemunhou “complejos y decisivos avatares existenciales” (p. 326), o que prova que o que o designa de “artillería censoria, didáctica y moralizante” não paralisou a capacidade criativa desse mesmo tempo em que arte e religião, nas suas múltiplas facetas, coexistiram e se complementaram na construção de uma modernidade que, inevitavelmente, configurou a especificidade do nosso património material e imaterial.

A obra inclui uma vasta e especializada bibliografia, quer de fontes, quer de estudos. Contudo, não deixa de suscitar alguma estranheza o facto de não incluir bibliografia portuguesa (incidente sobre autores espanhóis ou sobre o contexto ibérico) para que o autor remetesse em algumas notas, mas que não identificou no final.

Apesar disso, o extenso percurso desta obra por variados temas e múltiplas fontes da cultura religiosa da Época Moderna, sobretudo católica, faz dela uma prova inequívoca da necessária abordagem interdisciplinar que permita compreender a interligação da cultura escrita e da cultura visual, sem a qual se não compreenderá toda a riqueza e especificidade na construção da modernidade hispânica.

Maria de Lurdes Correia Fernandes
(CITCEM-FLUP e CEHR-UCP)